

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES Nº. 9.096/2025**

Aprova as Diretrizes Operacionais das Escolas de Assentamentos da Reforma Agrária do Espírito Santo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Encaminhamento 2024-170GC2, aprovado na Sessão Plenária do dia 11-11-2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes Operacionais das Escolas de Assentamentos da Reforma Agrária do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, ES, 11 de novembro de 2025.

ARTELÍRIO BOLSANELLO
Presidente do CEE

Homologo
Em 11 de novembro de 2025.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: SEDU-ES		MUNICÍPIO: Vitória/ES
ASSUNTO: Diretrizes Operacionais das Escolas de Assentamentos da Reforma Agrária do Espírito Santo		
COMISSÃO: Educação Básica		
RELATOR: Júlio Francelino Ferreira Filho		
ENCAMINHAMENTO/Nº: 2024-170GC2		PROCESSO CEE Nº: ***
PARECER Nº: 9.526/2025	RESOLUÇÃO Nº: 9.096/2025	APROVADO EM: 11-11-2025

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros,

HISTÓRICO

Trata o presente do Ofício SEDU/GS/Nº 1878, datado de 20 de agosto de 2025, no qual o Secretário de Estado de Educação manifesta resposta ao OF.GAB/CEE Nº 010/2025, que encaminhou à SEDU-ES “as contribuições apresentadas pela Comissão de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação – CEE ao documento denominado “Diretrizes das Escolas de Assentamentos e Acampamentos da Rede Estadual de Ensino do Espírito”, em resposta ao Ofício SEDU/GS/Nº 2525, datado de 02 de dezembro de 2024, por meio do qual o Secretário de Estado de Educação requereu a este Conselho para apreciação documento referido.

Nos termos do supramencionado Ofício datado de 2024, o Senhor Secretário destacou a relevância de o documento em epígrafe ter sido construído de forma colaborativa por um Grupo de Trabalho, formado por representantes do setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e pelas Gerências da SEDU-ES. E, ainda no Ofício acima referenciado, constou que as Diretrizes encaminhadas têm por propósito orientar as ações pedagógicas e administrativas nas escolas do campo, respeitando-se as idiossincrasias das comunidades atendidas, observando-se a legislação vigente, com destaque para os marcos normativos da Educação do Campo. Em síntese: o Ofício que encaminhou as Diretrizes para apreciação deste CEE-ES consubstanciou a clara manifestação de que, por meio delas, se espera que sejam garantidas *“a efetividade e adequação das diretrizes às realidades educacionais das escolas localizadas em áreas de assentamento e de acampamento no Espírito Santo.”*

Em resposta ao Ofício SEDU/GS/Nº 2525, datado de 02 de dezembro de 2024, a CEE/CEE-ES exarou manifestação ao Senhor Secretário de Educação do Espírito Santo, nos termos transcrito abaixo:

“II- DA ANÁLISE, DAS CONSIDERAÇÕES E DAS SUGESTÕES DE AJUSTE À MINUTA DE DIRETRIZES EM REFERÊNCIA:

O documento denominado Diretrizes Operacionais das Escolas de Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária do Espírito Santo reafirma em sua introdução, **no item de nº 1**, o princípio constitucional de que o poder público deve *“garantir o direito à educação à população do campo em condições adequadas de acesso, permanência e qualidade social, nos níveis da Educação Básica e da Educação Superior;”* e enfatiza que o direito público subjetivo à educação obrigatória deverá

ser garantido pelo poder público e pelas famílias, “ambos sujeitos às penalidades legais, caso se comprove negligência por alguma das partes.”

Em seu item de nº 2, o documento enfatiza que as Diretrizes Operacionais das Escolas de Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária do Espírito Santo - MST/ES circunscrevem-se às Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Espírito Santo, posto que *“todas as suas escolas são camponesas e, por isso, inseridas nas políticas públicas referentes à modalidade da Educação do Campo. Cabe a essas Diretrizes destacar as especificidades de suas práxis educacional na Pedagogia do Movimento.”*

Na sequência, **em seu item de nº 3**, a Pedagogia do Movimento é definida na perspectiva da *“síntese histórica da compreensão da educação construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entendida como uma práxis que articule trabalho, cultura e história na formação humana em todas as suas dimensões.”*

Na continuidade, **o item de nº 4** apresenta os princípios da Pedagogia do Movimento, contemplados em oito subitens, dentre os quais destacamos, como exemplo, os três que se seguem: *“[...] b) a relação entre teoria e prática; [...] f) o vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; e g) o vínculo orgânico entre educação e cultura [...]”*

Na apreciação da sequência do documento, estão relacionados e enumerados os eixos das referidas Diretrizes, que serão transcritos, complementados com as considerações e sugestões da Comissão de Educação Básica (CEB) do CEE-ES, quando se fizerem necessários.

EIXO I - DIREITO À EDUCAÇÃO: esse eixo intitula-se **Acesso e permanência**, subdividindo-se em seis subitens, dos quais destacamos e complementamos os que se apresentam; **subitem c.:** *“Considerando que assentados e acampados são sujeitos coletivos protagonistas de seu futuro, todas as etapas e modalidades da Educação Básica deverão ser oferecidas nas comunidades ou próximo das residências das educandas e dos educandos. O deslocamento de educandas e educandos entre Assentamentos e Acampamentos só deve ocorrer em caráter excepcional, com anuência da comunidade de origem.”*

Ante o subitem c. destacado e transcrito, compreendemos que, quando couber, sua execução deverá ocorrer em estreita anuência e articulação também com os gestores das redes estadual e municipais de ensino, nos territórios em que os assentamentos e acampamentos se localizarem. Dessa forma, onde se lê: *“Considerando que assentados e acampados são sujeitos coletivos protagonistas de seu futuro, todas as etapas e modalidades da Educação Básica deverão ser oferecidas nas comunidades ou próximo das residências das educandas e dos educandos. O deslocamento de educandas e educandos entre Assentamentos e Acampamentos só deve ocorrer em caráter excepcional, com anuência da comunidade de origem”*; leia-se: Considerando que assentados e acampados são sujeitos coletivos protagonistas de seu futuro, todas as etapas e modalidades da Educação Básica deverão ser oferecidas nas comunidades ou próximo das residências das educandas e dos educandos. O deslocamento de educandas e educandos entre Assentamentos e Acampamentos só deve ocorrer em caráter excepcional, com anuência da comunidade de origem, em estreita anuência e articulação também com os gestores das redes estadual e municipais de ensino, nos territórios em que os assentamentos e acampamentos se localizarem.

No subitem d.; consta a seguinte redação: *“Com vistas a assegurar o direito à educação escolar a todos e todas, e a evitar o deslocamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos educandos e educandas de sua comunidade original, um número mínimo de matrículas não será requisito para a criação ou oferta de uma etapa, uma modalidade ou um curso.”*

Diante do que se destacou em *itálico* e se transcreveu acima, sugerimos tornar sem efeito o subitem d, desse eixo, considerando que o mesmo contraria o Decreto Estadual nº 1512N de 31 de janeiro de 1981, que determina em seus Art. 6º, § 1º que “*nenhuma escola ou classe poderá continuar funcionando com menos de 10 alunos, excetuadas as classes de ensino especial,*” e demais legislações vigentes, especialmente o princípio constitucional de isonomia com as demais etapas e modalidades de ensino.

No **subitem f.**, consta que “*O Ensino Fundamental e o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos poderão ser organizados: - no turno diurno e/ou noturno, conforme demanda de cada comunidade; - em turmas multietapas.*” Sugerimos que, nesse subitem, onde se lê “*O Ensino Fundamental e o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos poderão ser organizados: - no turno diurno e/ou noturno, conforme demanda de cada comunidade; - em turmas multietapas;* leia-se: O Ensino Fundamental e o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos poderão ser organizados: - no turno diurno e/ou noturno, conforme demanda de cada comunidade; - em turmas multietapas, de acordo com a legislação vigente.

No **EIXO II - GESTÃO DA EDUCAÇÃO, o item 1, subitem a.**, contempla que o “*Projeto Político-Pedagógico das escolas, de elaboração coletiva, envolverá a comunidade escolar e a comunidade local, em especial as lideranças dos Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária.*”

Diante do que se transcreveu, sugerimos que onde se lê que “*o Projeto Político-Pedagógico das escolas, de elaboração coletiva, envolverá a comunidade escolar e a comunidade local, em especial as lideranças dos Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária*”, leia-se: o Projeto Político-Pedagógico das escolas, de elaboração coletiva, envolverá a comunidade escolar e a comunidade local, com a participação das lideranças dos Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária, e, em especial, os profissionais da educação e os representantes das instâncias educacionais instituídos, em estreita consonância com a legislação em vigor.

Ainda no **EIXO II - GESTÃO DA EDUCAÇÃO, o item 1, subitem b.**, penúltimo tópico, onde se lê: “*[...] - garantia de material didático e acervo bibliográfico adequados às diversas etapas e modalidades de ensino, tendo como perspectiva a valorização da cultura e dos sujeitos que vivem no campo, assim como mobiliário e espaço físico específicos de acordo com as faixas de idade, laboratórios de Ciências da Natureza e Informática, biblioteca ou sala de leitura, espaços de convivência, apoio pedagógico e planejamento e prática de educação física*”; leia-se: - garantia de material didático e acervo bibliográfico adequados às diversas etapas e modalidades de ensino, tendo como perspectiva a valorização da cultura e dos sujeitos que vivem no campo, assim como mobiliário e espaço físico específicos de acordo com as faixas de idade, laboratórios de Ciências da Natureza para a etapa do ensino fundamental e de laboratório de informática, biblioteca ou sala de leitura, espaços de convivência, apoio pedagógico e planejamento e prática de educação física; além de laboratórios de biologia, química e física para a etapa do ensino médio, de conformidade com a legislação vigente.

Igualmente, no **EIXO II - GESTÃO DA EDUCAÇÃO, item 1, no título do subitem c.**, onde se lê: “*c. A alimentação escolar deverá observar prioritariamente:*”, leia-se: c. O processo de alimentação escolar deverá considerar prioritariamente a legislação vigente dos conselhos de alimentação escolares (CAEs) federal, estadual e municipais e, quando possível, priorizar:

Também no **EIXO II - GESTÃO DA EDUCAÇÃO, o item 1, subitem d.**, onde se lê: “*As dependências das escolas devem estar abertas para reuniões e evento de interesse coletivo da comunidade local, desde que não acarretem prejuízo físico, material ou para as atividades*

escolares”; leia-se: As dependências das escolas devem estar abertas para reuniões e evento de interesse coletivo da comunidade local, desde que não acarretem prejuízo físico, material ou para as atividades escolares, de acordo com os regramentos legais estaduais e municipais vigentes.

De igual modo, no **EIXO II - GESTÃO DA EDUCAÇÃO, item 2**, sugerimos a supressão dos subitens b. e c., a saber: “*b. Encontro estadual das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária; c. Encontro estadual de educandas e educandos;*”, por compreendermos que essas atividades não se configuram dias letivos, de acordo com a legislação vigente.

No entanto, sugerimos também que seja acrescido um **item de nº 2.1**, com a seguinte redação:

2.1. Para além dos 200 dias letivos, ficam assegurados:

- a. Encontro estadual das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária;
- b. Encontro estadual de educandas e educandos.

De igual modo, no **EIXO II - GESTÃO DA EDUCAÇÃO, item 3**, onde se lê: “*3. As escolas situadas em áreas de assentamento e acampamento deverão ser classificadas em uma tipologia específica, a fim de garantir o desenvolvimento da Pedagogia do Movimento. Nesse sentido, estabelece-se que os serviços de limpeza, alimentação e conservação das unidades escolares devem ser assegurados, independentemente do número de matrículas, garantindo o pleno funcionamento e a qualidade do ambiente escolar;*” leia-se: 3. As escolas situadas em áreas de assentamento e acampamento deverão ser classificadas de acordo com a legislação vigente, nos âmbitos do Estado do Espírito Santo e dos seus municípios.

Também no **EIXO II - GESTÃO DA EDUCAÇÃO, o item 1, subitem g**, onde se lê: “*A gestão das escolas deve ser organizada e planejada em articulação com os setores administrativo, pedagógico e agropecuário, estruturados a partir da auto-organização das escolas, das quais integram os profissionais da instituição, educandos e educandas, e membros da comunidade local*”; leia-se: A gestão das escolas deve ser organizada e planejada em articulação com os setores administrativo, pedagógico e agropecuário, estruturados a partir da auto-organização das escolas, das quais integram os profissionais da instituição, educandos e educandas, e membros da comunidade local, de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

No **EIXO III – CURRÍCULO, consta no item 1.**, que a Pedagogia do Movimento articula-se à Pedagogia da Alternância, especialmente quando integra, “*pedagogicamente e de forma dialógica, os espaços-tempos formativos do Tempo Escola e do Tempo Comunidade.*” **Nos subitens a. e b.** os conceitos metodológicos de Tempo Escola e de Tempo Comunidade estão bem detalhados, fato que aponta para um trabalho que seja adequadamente qualificado e socialmente referenciado.

No entanto, nesse **EIXO III – CURRÍCULO, no item 2, subitem e.**, onde se lê “*O currículo do Ensino Fundamental, inclusive na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, será organizado por áreas de conhecimento, como forma de superar a fragmentação decorrente da organização por disciplinas;*” leia-se: O currículo do Ensino Fundamental, inclusive na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, poderá ser organizado por áreas de conhecimento, como forma de superar a fragmentação decorrente da organização por disciplinas, nos termos da legislação vigente.

NO **EIXO IV - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO** são especificados aspectos relacionados à formação continuada dos docentes e à valorização dos profissionais de educação pelas secretarias estaduais e municipais dessa área. No subitem b., onde se lê que “*as secretarias de educação promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando a oferta de aperfeiçoamento profissional contínuo, em consonância com*

a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*; leia-se: as secretarias de educação promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando a oferta de aperfeiçoamento profissional contínuo, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alinhando-se às demais legislações estaduais e municipais que a complementam e a regulamentam.

ANÁLISE

Demonstrado o histórico acima, centralizaremos, a seguir, apreciação do Ofício SEDU/GS/Nº 1878, datado de 20 de agosto de 2025, já destacado neste, em que o Senhor Secretário **informa e solicita** ao CEE/ES o que se segue:

a) Da informação: o Senhor Secretário de Educação dar a conhecer ao CEE/ES *“que o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Espírito Santo - MST/ES aprovou o documento na íntegra, conforme OFÍCIO Nº 07/2025, constante no documento E-Docs nº 2025-GMP2K1” e destaca que “esta Secretaria de Estado da Educação - SEDU, por meio da Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola - GEACIQ, também realizou a análise do referido documento.”*

b) Da solicitação: ante as informações transcritas imediatamente acima, do Ofício em epígrafe também consta a solicitação para que *“este Conselho avalie a possibilidade de alterar o título das Diretrizes, com a supressão da palavra ‘Acampamentos’, tendo em vista que não há normativas ou experiências de escolas em acampamentos na Rede Pública Estadual de Ensino.”* Adicionalmente, o documento também destaca *“que é direito dos estudantes acampados, assim como dos demais, estudar na unidade escolar mais próxima de sua residência, sendo dever do Estado garantir o transporte escolar, quando [se fizer] necessário.”*

CONCLUSÃO E VOTO

Considerando que as Diretrizes em pauta, de conformidade com o Ofício SEDU/GS/Nº 2525, datado de 02 de dezembro de 2024, têm como finalidade *“orientar as ações pedagógicas e administrativas das instituições educacionais do campo, respeitando as especificidades socioeconômicas e culturais das comunidades atendidas e observando a legislação vigente, com destaque para os marcos normativos da Educação do Campo”*;

Considerando o necessário alinhamento dessas Diretrizes à Resolução CEE-ES Nº. 6.596/2022, que aprova as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências;

Considerando a solicitação constante no Ofício SEDU/GS/Nº 1878, datado de 20 de agosto de 2025.

Diante dos nossos histórico, análise e considerações tecidas acima, somos de parecer favorável à solicitação de alteração do título do documento apresentado, suprimindo dele o termo *“acampamentos”*, e, de igual modo, somos de parecer favorável à aprovação, por este CEE-ES, do documento em pauta, que terá a seguinte denominação DIRETRIZES OPERACIONAIS DAS ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DO ESPÍRITO SANTO do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Espírito Santo - MST/ES. Salvo melhor juízo, nossos parecer e votos assim se apresentam.

A Comissão de Educação Básica aprova o parecer do relator.

Em 11-11-2025.

Augusta Maria Bicalho
Érika Piteres
Ildebrando José Paranhos
Júlio Francelino Ferreira Filho – Relator
Thiago Andrews Pião dos Santos
Wolmar Marvilla Melo

VOTO DO PLENÁRIO

O Plenário acompanha, por unanimidade, o voto da comissão.
Baixe-se a Resolução competente.
Sala Padre José de Anchieta, em 11-11-2025.

Artelírio Bolsanello
Presidente do CEE-ES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ARTELIRIO BOLSANELLO
PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE - 2024/2028)
CEE - SEDU - GOVES
assinado em 13/11/2025 14:00:05 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 13/11/2025 14:00:05 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por THAÍS BENTO TEIXEIRA (SUPERVISOR I - CEE - SEDU - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-TK7L1K>